

A GEOGRAFIA FÍSICA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA BNCC: uma análise dos conteúdos prescritos para o Ensino Fundamental - Anos Finais

Carla Mirelle de Freitas Monteiro¹

(Graduanda em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), CAPF, (84) 99991-8427, carlamir3113@gmail.com)

Valeska Eduarda dos Santos Silva²

(Graduanda em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), CAPF, (84) 99816-8427, valeskaeduarda@alu.uern.br)

Cássio Expedito Galdino Pereira³

(Professor no Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), CAPF, (88) 9701-1428, cassioexpedito@uern.br)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar criticamente os conteúdos de Geografia Física prescritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para os anos finais do Ensino Fundamental. Com base em uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-documental, investigaram-se as habilidades propostas, observando sua distribuição, profundidade e articulação com os contextos sociais. Os resultados indicam que, embora haja presença significativa da Geografia Física, especialmente no 6º ano, sua abordagem é predominantemente técnica, descritiva e desvinculada da realidade dos estudantes. Ao longo dos anos finais, observa-se um desequilíbrio entre conteúdos físicos e humanos, com os aspectos naturais sendo tratados de forma fragmentada e secundária. Conclui-se que é necessário ressignificar o ensino da Geografia Física, promovendo uma abordagem mais crítica, contextualizada e integrada às dinâmicas socioespaciais.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo; Ensino de Geografia; Formação Crítica.

GT5: Ensino de Geografia

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira passou por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas por reformas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nos anos 2000 e, mais recentemente, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que trouxe exigências para o ensino na educação brasileira. Homologada em 2017, a BNCC é um documento normativo de caráter prescritivo e de aplicação obrigatória em todo o território nacional. Sua implementação promoveu mudanças substanciais no currículo escolar, impactando diretamente o que deve ser ensinado e a forma como os conteúdos são abordados em sala de aula.

Nesse sentido, todo o documento da BNCC aponta para competências e habilidades gerais e específicas para cada área do conhecimento a serem seguidas, mas sem necessariamente detalhar ou priorizar todos os conteúdos de maneira equilibrada. Dito isto, a Geografia, enquanto componente curricular, apresenta um papel fundamental para a formação crítica dos estudantes, sendo tradicionalmente dividida em dois eixos: a Geografia Física e Geografia Humana. Contudo, ao observarmos o documento da BNCC, percebemos que nem sempre ambas as áreas recebem o mesmo grau de aprofundamento ou valorização de seus conteúdos, ou não são distribuídos igualmente.

A Geografia Física, por exemplo, ainda é frequentemente abordada de forma tecnicista e descontextualizada no ambiente escolar, apesar de sua importância para a compreensão das dinâmicas naturais e das interações entre sociedade e meio ambiente. Em muitos casos, o ensino dessa área restringe-se à memorização de conceitos, classificações e nomenclaturas, como tipos de relevo, formas de solos, climas e biomas, sem promover uma reflexão crítica sobre como esses elementos se articulam com as práticas humanas e com as transformações socioespaciais. Essa abordagem fragmentada dificulta a construção de uma visão integrada do espaço, ao dissociar os fenômenos naturais das ações sociais.

No entanto, compreender os processos físicos da natureza é fundamental para analisar questões contemporâneas, como desastres ambientais e crise climática. Assim, torna-se urgente repensar o lugar da Geografia Física no currículo escolar, promovendo uma abordagem crítica, interdisciplinar e contextualizada, que favoreça a compreensão das relações entre natureza e sociedade. Diante disso, é possível refletir como a Geografia Física é tratada nos conteúdos prescritos para o Ensino Fundamental II pela BNCC? Existe realmente um equilíbrio entre os temas da área física e da humana na Geografia?

Tal abordagem dificulta a articulação entre conteúdos físicos e humanos, como destaca Silva (2022, p. 21) “[...] a totalidade deve ser sua meta, com ambas as vertentes sendo o seu alicerce; o abandono dessa união nega e coopera com a diminuição de sua utilidade social como ciência”. A Geografia não deve ser fragmentada, pois os aspectos físicos sempre estarão ligados aos aspectos sociais e assim vice-versa, seja no ensino Escolar ou no Acadêmico. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exerce um papel de notória importância no contexto educacional brasileiro, sendo que rege os conteúdos que devem ser desenvolvidos na educação básica.

Com vista a isso, esse documento normativo propõe que sejam abordados, em sala de aula, temas que contribuam para a formação integral dos estudantes. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente os conteúdos de Geografia Física prescritos para os anos finais do Ensino Fundamental, conforme definidos na BNCC. Considerando a Geografia escolar como um campo formativo que contribui para a leitura crítica do espaço e das relações sociais, buscamos refletir sobre os fundamentos político-pedagógicos que orientam a seleção e a organização dos conteúdos nessa etapa de ensino. Especificamente, propomos: (i) identificar os conteúdos estruturantes de Geografia Física prescritos na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental; (ii) compreender os fundamentos teóricos e político-pedagógicos que orientam essa seleção; e (iii) refletir sobre as possíveis implicações dessa organização curricular para o processo de ensino-aprendizagem da Geografia escolar.

Esta pesquisa desenvolve-se sob uma abordagem qualitativa, com fundamento teórico-documental, caracterizando-se por um enfoque descritivo e analítico. A escolha por essa metodologia visa compreender, de forma aprofundada, os sentidos atribuídos aos conteúdos de Geografia Física na BNCC, a partir da análise de documentos oficiais e referenciais teóricos que subsidiam a organização curricular.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar o documento da BNCC referente ao 6º ano escolar, percebe-se uma vasta abordagem, direta ou indiretamente, de assuntos físico-naturais e ambientais, mais especificamente nove habilidades, ou seja, uma grande presença da Geografia Física no documento. Porém, é possível observar algumas lacunas em sua abordagem, seja de forma técnica ou somente classificatória. As habilidades **EF06GE03**, **EF06GE04** e **EF06GE05**, por exemplo, que tratam de assuntos como atmosfera, ciclo da água, clima, relevo e solo, respectivamente, se apresentam com ênfase em descrever e classificar, sem realmente promover uma análise geográfica da realidade.

Apesar dessa presença expressiva de temas físico-naturais, como falado anteriormente, a abordagem limita-se à descrição, centrada somente na identificação e na nomenclatura dos fenômenos, apesar que essa fase do processo de aprendizagem seja importante, ela deve estar alinhada com exemplos e associações persistentes. Os conteúdos aparecem de forma desconectada de contextos sociais e ambientais reais, desfavorecendo discussões sobre mudanças climáticas, uso da água, desmatamento ou eventos extremos.

Nesse sentido, gera um grande problema no desenvolvimento da compreensão crítica em relação a esses processos geográficos, como destaca Daniel (2025, p. 5) “a Geografia Física, possuindo um caráter emancipador e significativo, ao abordar seus conteúdos, deve interligá-los a realidade do estudante”. Tornando-se preocupante, pois é importante a associação dos aspectos da Geografia Física, para um ensino mais crítico e reflexivo. Como destaca Afonso (2017), é essencial articular à Geografia Física com à realidade dos estudantes, permitindo interpretações que vão para além de classificação e aspectos técnicos, contribuindo para o desenvolvimento da criticidade em relação aos aspectos naturais e ambientais onde estão inseridos, indo para além da memorização de classificações, possibilitando que os educandos tenham a capacidade de se imaginar como agentes produtores do espaço e intervir no mesmo.

Contudo, algumas habilidades fazem uma boa relação com a ação antrópica, ainda que como falado de modo descritivo e técnico, e suas consequências como descritas nas habilidades: **EF06GE10-** Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares, **EF06GE11-** Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo, **EF06GE12-** Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos e a habilidade **EF06GE13-** Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).

Em resumo, o 6º ano contempla amplamente os conteúdos da Geografia Física, sendo os temas que envolvem: Hidrografia, pedologia, geomorfologia, geologia, atmosfera da terra, biodiversidade, climatologia, como também com o auxílio da cartografia quando se refere a mapas e topografia nas habilidades **EF06GE08** e **EF06GE09**. Este é um ponto positivo, mas apresenta ainda uma ótica descritiva, técnica e pouco contextualizada. Sabemos que é de suma importância a compreensão de conceitos, classificações e nomenclaturas, mas com a ausência de uma abordagem crítica e aplicada aos problemas atuais gera um comprometimento no desenvolvimento do pensamento crítico, analítico e de agente do espaço(cidadã). Como afirmado:

É fundamental o ensino adequado de conteúdos de Geografia Física para a formação de cidadãos ambientalmente responsáveis, ou seja, que se

preocupam e saibam prognosticar os resultados das intervenções humanas e sociais sobre o meio ambiente. (Rangel, 2022, p. 72)

Diferentemente do que foi observado no 6º ano, nota-se que os conteúdos relacionados à Geografia Física perdem destaque no 7º ano, sendo abordados somente em três habilidades: **EF07GE06**, **EF07GE11** e **EF07GE12**. Contudo, sua abordagem ganha destaque no quesito qualitativo, por promover maior articulação com assuntos sociais e do cotidiano, fazendo associações entre elementos físico-naturais e questões sociais, despertando uma maior criticidade e reflexão dos educandos.

Outro ponto positivo é sua articulação com a realidade do território nacional brasileiro, por exemplo a habilidade **EF07GE11**, que trata os biomas brasileiros, integrando aspectos como vegetação, clima e ação antrópica, sendo essencial para uma reflexão mais ampla e crítica do espaço geográfico. Dessa maneira, percebemos dois enfoques distintos, enquanto no 6º ano apresenta uma abordagem mais direta, técnica e descritiva, o 7º ano propõe uma leitura mais crítica e articulada, embora com menor presença quantitativa. Todavia, apesar dessa diferenciação, percebe-se uma organização continuada entre esses dois anos escolares, no qual o 6º ano é o início do Ensino Fundamental II, contemplando uma base teórica mais conceituada, seguindo adiante o ano escolar posterior, o 7º ano, mais contextualizado e focado no território nacional, provocando uma articulação entre si.

Ao analisarmos as habilidades propostas para o componente curricular de Geografia para os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, observamos que a Base Nacional Comum Curricular propõe temas relevantes, mas apresenta um certo desequilíbrio entre os conteúdos de Geografia Humana e Geografia Física. Como destaca Rangel (2022), a BNCC expressa uma Geografia conteudista e descritiva, fragmentando a abordagem de conteúdos físico-ambientais, como também de forma inadequada.

A Geografia Física, embora presente, aparece diluída em meio a outras abordagens, muitas vezes sem o devido aprofundamento ou sem conexões explícitas com a realidade vivida pelos estudantes. Ou seja, revela que os conteúdos de Geografia Física são abordados de forma periférica, frequentemente subordinados a contextos socioeconômicos, culturais ou geopolíticos. Segundo Xavier e Moraes (2023), os componentes físico-naturais são tratados sem a devida integração com os aspectos sociais e espaciais, comprometendo o desenvolvimento do pensamento geográfico. Em ambas as séries, a ênfase recai majoritariamente sobre os aspectos

humanos, com a natureza aparecendo como pano de fundo para explicar processos produtivos, conflitos ou desigualdades, e não como um componente fundamental da realidade geográfica.

No 8º ano, entre as 24 habilidades listadas, apenas algumas apresentam relações diretas com a Geografia Física, como é o caso da **EF08GE15**, que propõe “analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aqüífero Guarani, Bacias do rio da Prata, do Amazonas e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água.” Embora importante, essa habilidade está mais voltada à exploração dos recursos do que à compreensão aprofundada das dinâmicas hidrológicas.

Outras habilidades como **EF08GE22**, que trata de “identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação entre os países do Mercosul.”, e **EF08GE23**, que solicita a “identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia.”, tocam em conteúdos clássicos da Geografia Física, mas de forma bastante generalista.

Tais habilidades não exploram a complexidade das interações entre os elementos físicos da natureza, tampouco incentivam reflexões críticas sobre sua relação com as práticas humanas e com os processos socioespaciais, “Ou seja, deixar a Geografia Física separada da Geografia Humana é apagar as contribuições que ambas abordagens, em conjunto, podem trazer para o entendimento da relação entre sociedade-natureza.”, destaca Silva (2022, p. 21).

No 9º ano, verifica-se situação semelhante. As habilidades que tratam da dimensão física da natureza concentram-se especialmente na unidade temática “Natureza, ambientes e qualidade de vida”, como em **EF09GE04**, que propõe “relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais.” e **EF09GE07** “analisar os componentes físico-naturais da Eurásia e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão em Europa e Ásia.”, por exemplo, lidam com conflitos e desafios ambientais, mas não há uma explicitação dos conhecimentos físicos da natureza como conteúdos formativos autônomos e essenciais.

A dinâmica natural aparece diluída, pouco aprofundada e frequentemente desconectada de sua base científica e espacial. Ou ainda, **EF09GE16**, que propõe “identificar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da Europa, da Ásia e da Oceania”, e **EF09GE17**, que

sugere “explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania”. No entanto, essas habilidades tendem a reproduzir uma abordagem classificatória e pouco contextualizada, sem aprofundar as implicações socioambientais desses processos.

Além disso, a habilidade **EF09GE18**, que trata de “identificar e analisar as cadeias industriais e de inovação e as consequências dos usos de recursos naturais e das diferentes fontes de energia (tais como termelétrica, hidrelétrica, eólica e nuclear) em diferentes países.”, é ilustrativa de como os elementos naturais são tratados mais como recurso econômico do que como parte das dinâmicas complexas da paisagem e da vida no planeta. A Geografia Física, nesse sentido, assume um papel secundário e funcional à lógica produtiva, deixando de ser explorada como um campo do conhecimento com teor crítico e explicativo próprio.

Esses dados corroboram a ideia, apresentada na introdução deste trabalho, de que a BNCC não equilibra adequadamente os conteúdos da Geografia Física e da Geografia Humana. A ausência de um tratamento aprofundado dos fenômenos naturais, como o clima, o relevo, a vegetação ou os solos — em suas múltiplas escalas e interações — compromete a construção de uma visão integrada do espaço geográfico. Ao priorizar os aspectos sociais, políticos e econômicos, o documento acaba por reforçar uma concepção fragmentada e tecnicista da Geografia Física, limitando o seu potencial formativo e crítico. Essa lacuna no documento torna-se ainda mais significativa quando consideramos os desafios contemporâneos vivenciados pelos estudantes em suas comunidades, como eventos climáticos extremos, escassez de água, degradação ambiental, deslizamentos de terra e ondas de calor. Tais fenômenos, que envolvem diretamente os processos físicos da natureza, demandam uma abordagem geográfica crítica, contextualizada e interdisciplinar — algo que a BNCC, ao menos no campo da Geografia Física, não oferece com clareza ou profundidade.

Frequentemente, os fenômenos naturais permaneceram sendo apresentados de modo desarticulado dos processos socioeconômicos, tratados de modo superficial, minimizando a possibilidade de desenvolver abordagens que integrem Sociedade e Natureza, sendo esta última fadada a ser entendida como recurso. (Afonso, 2015, p. 39)

Em resumo, este estudo teve o objetivo de investigar os conteúdos da Geografia Física prescritos para os anos finais do Ensino Fundamental, conforme o documento da Base Comum Curricular, demonstrando que ainda há uma fragmentação gigantesca entre Geografia Física e Geografia Humana e suas abordagens. O papel da Geografia Física na formação cidadã dos

estudantes, que devem buscar participar do espaço em que vivem como agentes produtores de espaço, como também despertar uma consciência socioambiental, no qual desenvolvem seu olhar crítico como também geográfico. Sendo a Geografia Física mutável e passível de modificações naturais e humanas, é importante que o aluno esteja ciente do seu papel no meio.

Diante dos resultados obtidos, fica evidente que os conteúdos de Geografia Física prescritos ainda são tratados de forma secundária, descontextualizada e fragmentada em relação à Geografia Humana. Apesar de que haja menções aos conteúdos que tratam dos aspectos físico-naturais importantes, sua abordagem torna-se descritiva e técnica, muitas vezes associada à realidade do estudante. Essa lacuna no tratamento da Geografia Física compromete não apenas a compreensão integrada do espaço geográfico, mas também o desenvolvimento de uma formação crítica e cidadã.

Esses achados têm implicações importantes para o ensino de Geografia, especificamente da Geografia Física e sugerem que a forma como é abordada no documento, pode ser aprimorada com mais aprofundamento, correlacionando com a Geografia Humana, associando ao cotidiano e realidade dos educandos, como também de forma mais crítica e dialogada.

3. CONCLUSÕES

A análise dos conteúdos da BNCC evidencia uma tendência à secundarização da Geografia Física nos anos finais do Ensino Fundamental. O documento normativo, ao priorizar habilidades que integram grandes temas socioambientais, não deixa claro o lugar e a profundidade com que os elementos naturais devem ser abordados. Com isso, conteúdos como dinâmica climática, geomorfologia, biomas e sistemas hídricos correm o risco de serem tratados de forma superficial, descontextualizada ou até mesmo omitidos da prática docente, sobretudo na ausência de materiais de apoio adequados.

Dessa forma, torna-se necessário repensar a forma como os conteúdos físicos são selecionados, organizados e trabalhados nas escolas. A Geografia Física deve deixar de ser apenas uma etapa preparatória para os conteúdos humanos e passar a ser entendida como parte essencial da formação crítica dos estudantes. Para isso, é preciso que os currículos e práticas pedagógicas valorizem a articulação entre natureza e sociedade, entre o vivido e o aprendido, entre o local e o global.

O desafio que se impõe, portanto, é o de reconectar a Geografia Física com a vivência dos estudantes, com seus territórios, seus conflitos e suas experiências cotidianas. Para isso, é necessário que os currículos escolares e as práticas pedagógicas promovam abordagens interdisciplinares, investigativas e sensíveis às realidades locais — superando a fragmentação e valorizando a totalidade do espaço.

Sendo assim, a Geografia Física escolar, deve ser ressignificada nos currículum e nas práticas pedagógicas, deixando de ocupar um papel secundário, sendo necessário uma abordagem que integre as especificidades territoriais, os contactos e os desafios ambientais presentes. O ensino desses elementos deve ir para além de um viés classificatório e de memorização, apesar de ter parte importante como base para o conhecimento, é importante que dialoguem com os territórios, as realidades locais e desenvolva o pensamento reflexivo e crítico do aluno em consonância com as dinâmicas naturais e sociais. Só assim será possível oportunizar uma formação consciente, capaz de compreender e intervir no espaço em que vivem de forma responsável.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A.E. **Perspectivas e possibilidades do ensino e da aprendizagem em Geografia Física na Formação de Professores**. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia) -PPGG, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

AFONSO, A. E. Contribuições da Geografia Física para o ensino e aprendizagem geográfica na educação básica. **Revista Eletrônica Educação Geográfica em Foco**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/812>. Acesso em: 24 jul. 2025.

DANIEL, L. S. O ENSINO DA GEOGRAFIA FÍSICA A PARTIR DA REALIDADE VIVIDA PELO ESTUDANTE. **A Geografia compreendendo as interações naturais e sociais na transformação do espaço terrestre**, p. 1–14, 18 fev. 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/389135862_O_ENSINO_DA_GEOGRAFIA_FISICA_A_A_PARTIR_DA_REALIDADE_VIVIDA_PELO_ESTUDANTE. Acesso em: 01 de ago. 2025.

RANGEL, L. de A. Geografia física no Ensino Fundamental II: análise da Base Nacional Comum Curricular e do currículo municipal do Rio de Janeiro. Giramundo: **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 9, n. 17, p. 55–74, 2022. DOI: 10.33025/grgcp2.v9i17.2899. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/GIRAMUNDO/article/view/2899>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SILVA, I. C. G. da. **A Dicotomia entre Geografia Física e Humana na BNCC: os Impactos para a Formação Contínua Docente**. 2022. TCC (Graduação em Licenciatura em Geografia)- Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

XAVIER, M. P. da S.; MORAIS, E. M. B. de. Os componentes físico-naturais e a Geografia Escolar no Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 13, n. 23, p. 05–24, 2023. DOI: 10.46789/edugeo.v13i23.1246. Disponível em:
<https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1246> . Acesso em: 1 ago. 2025.